



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

## **A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA CEARÁ E SUA AÇÃO DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO CONFLITO DA FAZENDA MONTE CASTELO, QUIXADÁ CE – 1979 – 1983**

Ramon Barbosa Ramos Marques<sup>1</sup>  
Samuel Carneiro de Maupeou<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar as táticas e estratégias de resistência promovidas a partir do trabalho de organização política da Comissão Pastoral da Terra Ceará, junto aos moradores parceiros, residentes da Fazenda Monte Castelo, situada no município de Quixadá CE, no decurso do processo judicial que ocorreu entre 1979 e 1983, que culminou com a vitória das famílias de camponeses. O caso estudado demonstra como a atuação da CPT CE promoveu a organização de base desses moradores, mediante a constituição de uma prática política, arraigada nos valores e no modo de vida rural. Procuramos então, partir da problemática do conflito de terras no Ceará, para evidenciar de que modo os trabalhadores rurais da região se organizam e a partir de quais elementos retóricos, simbólicos, culturais, religiosos e estratégicos, esses grupos acabam por se constituir como uma força de disputa pelos seus direitos e territórios. Utilizamos a documentação da CPT para acompanhar as formas de organização da comunidade de Monte Castelo, suas decisões, seus elos com o sindicato e movimentos rurais atuantes na região. Os documentos da CPT denunciam a insegurança, os desafios de se lutar por direitos em meio ao período da Ditadura civil militar e de como esse aparato estatal atuou em conluio com os interesses dos latifundiários locais. Ademais, a documentação referente ao Jornal O Povo, permite analisarmos como esse conflito se sucedeu e o seu desfecho. Além disso, promovemos uma problematização a partir dos usos discursivos entre as partes, suas argumentações e denúncias. Enxergamos as folhas do jornal como um espaço em disputa, onde não apenas se concorre para sensibilizar a opinião pública, mas também como um lugar de conflito, onde se constrói a própria legitimidade para justificar a posse daquela terra. A pesquisa encontra-se em andamento e busca contribuir para a historiografia local.

**Palavras-chave:** Comissão Pastoral da Terra Ceará. Fazenda Monte Castelo. Camponeses.

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGH - da Universidade Federal do Ceará - UFC. marquesramonbr@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará - UECE. samuelcdemaueou@yahoo.com.br.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

No seguinte artigo<sup>3</sup>, analisaremos como os moradores parceiros, residentes da Fazenda Monte Castelo, acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra Ceará<sup>4</sup>, resistiram à violência dos latifundiários e às políticas de Estado, ao passo que estabeleciam sua organização política e estreitavam os laços entre as comunidades que estiveram envolvidas em conflitos de terra.

De acordo com as informações documentais que coletamos, estruturamos os principais fatos ocorridos no conflito da Fazenda Monte Castelo (1979-1982), situada em Quixadá, CE. A partir dessa documentação, produzida pela CPT CE, conseguimos acompanhar o período em que as 27 famílias da fazenda entraram em conflito com o proprietário José Dorival Nunes Cavalcante.

A relação produtiva entre os moradores e o proprietário da Fazenda, situava-se no regime de parceria<sup>5</sup>, firmando-se então nos costumes tradicionais da região. Até 1977, o pagamento da meia (50% do que era produzido) era a forma acordada entre as partes, dividindo-se a produção de milho, feijão e algodão dos trabalhadores.

A situação é modificada a partir da aproximação desses grupos de trabalhadores com os movimentos sociais de apoio, como a CPT CE, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Quixadá (STR). Essas ligações estão fundamentadas na própria documentação, a exemplo dos relatos encontrados na carta de denúncia redigida entre os moradores e a CPT, que demonstra a importância do trabalho pedagógico e de base, em especial no estudo das leis do Estatuto da Terra<sup>6</sup>:

Aí tomamos conhecimento da lei nº 4.505, do Estatuto da Terra e passamos a se reunir pra estudar ela. Desde então descobrimos que nas condições em que nós recebe a terra aqui, só a terra nua, com trabalho feito por nós, desde a broca, cercas

<sup>3</sup> A presente pesquisa é financiada pelo programa de bolsas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradecemos a referida bolsa, pois o fomento a pesquisadores é crucial para o avanço das pesquisas no país.

<sup>4</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu no ano de 1975, em Goiânia (GO)... com o intuito de solidificar o compromisso da Igreja Católica com os povos da terra, arrendatários, posseiros, boias-frias, atingidos por barragens, sem-terra, povos originários, entre outros sujeitos e categorias. In: **Novo dicionário da Terra / organização Alana Dutra Cardoso...** [et al]. – Editora Proprietas 2012. p. 153.

<sup>5</sup> Sistema de parceria: ...relação em que uma porção de terras é disponibilizada a alguém que, em troca, retribui com uma porção de gêneros produzidos, seja in natura ou via pagamento com parte da renda produzida após a comercialização do produto. In: **Novo dicionário da Terra / organização Alana Dutra Cardoso...** [et al]. – Editora Proprietas 2012. p. 525.

<sup>6</sup> Denominação utilizada para caracterizar o conjunto de princípios e regras jurídicas, normatizados pela Lei n. 4.504/64, que regula o regime jurídico da propriedade agrária, pública e privada, no Brasil... O Estatuto da Terra fixou os princípios institucionais para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola, tendo por fundamento o preceito constitucional da função social e econômica da propriedade da terra no Brasil. Ibid.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/JUECE - CRATEÚS**

até a colheita, nós tinha o direito de pagar uma renda só de 10% (dez por cento) de milho, feijão e algodão. (Carta das famílias de Monte Castelo, 1982, p. 1).

Dessa forma, a mobilização das famílias, que era difusa e pouco coesa, se estruturou a partir da pauta comum do direito ao pagamento da renda, de acordo com o Estatuto da Terra. Como o sistema de parceria predominava no Ceará, o uso dessa lei, no que diz respeito a renda da terra, será a tática de defesa e de luta por desapropriação predominante da CPT CE e dos grupos que promoviam assessoria jurídica.

Os primeiros passos promovidos pelas famílias de Monte Castelo, em prol da resolução de sua situação, foi a solicitação ao gerente da Fazenda de uma reunião com o proprietário. A primeira reunião, ocorrida por volta da metade do ano de 1978, teve a participação do presidente do STR de Quixadá e do patrão, o Senhor José Dourival Nunes Cavalcante. A proposta dos trabalhadores era de estabelecer o pagamento de 30% da produção apenas do algodão, entretanto, a reação do Senhor Dorival não foi amistosa:

Ele veio pra reunião e perante o presidente do sindicato disse que não aceitava o nosso acordo e mandou nós procurar as leis. Isto foi feito pelo mês de agosto de 1978. Nesse tempo nós já estava apanhando o algodão e guardando em casa pra entregar a renda depois que resolvesse quanto seria essa renda. O patrão então contratou um advogado e botou ação na justiça, primeiro pra prender o nosso algodão, da safra de 1978 e depois pra despejar nós da terra. (Carta das famílias de Monte Castelo, 1982, p. 2)

Os trabalhadores usam a tática de negociar o produto de maior valor de mercado, oferecendo 30% da renda de algodão de cada família. Apesar de desrespeitar a própria lei da renda, essa proposta pode ser atrativa ao proprietário. Acreditamos que o objetivo de negociar apenas o algodão diz respeito ao interesse direto das famílias de manter suas culturas de subsistência, visando garantir a alimentação de todos os envolvidos.

Enquanto o grupo de trabalhadores rurais lutava por uma terra de trabalho e moradia, numa lógica distante dos interesses capitalistas, alguns grupos de latifundiários locais necessitavam renovar sua influência para não entrarem em decadência econômica e política. Essa preocupação advém da necessidade de grupos da elite agrária de se sujeitar ao projeto modernizador agrícola, promovido pela ditadura civil-militar, que no Ceará:

esse processo de modernização... salvo suas características gerais, tem alcance e conseqüências diversas nas várias regiões. Além da transformação generalizada nas relações de trabalho em todas as regiões, expressas sobretudo na desestruturação das relações tradicionais de trabalho, há todo um conjunto de mudanças de cunho modernizante que atingirá o campo cearense. Essas transformações terão no seu centro, como promotor e agente dinâmico, o Estado, cujas ações não disfarçam o seu papel de representante das classes dominantes. (BESERRA, 2015, p 77-78).



Os grupos da elite agrária tradicional<sup>7</sup> foram os que mais sofreram a contestação de seu poder a partir do conhecimento da lei do estatuto da terra, pelos trabalhadores. O espaço rural passa a ser disputado entre a lógica camponesa da agricultura familiar de subsistência de um lado e o projeto dos “coronéis” de outro.

Desse modo, em agosto de 1978, o proprietário da terra, o Sr. Dorival Nunes Cavalcante, moveu uma ação de despejo contra as 27 famílias parceiras, tal processo foi ajuizado na justiça da comarca de Quixadá. A disputa passa assim para o âmbito jurídico e o conflito adquire um caráter dúbio: enquanto o processo tramita, a violência direta contra os moradores persiste.

### **A resistência em Monte Castelo: Entre a violência do latifúndio e a repressão**

Em auxílio aos moradores, o Sindicato de trabalhadores rurais de Quixadá disponibilizou o advogado Antônio Pinheiro de Freitas, que passou a trabalhar em articulação com os grupos de apoio aos moradores, entre os quais estava a CPT CE.

Para nos situarmos no desenrolar do conflito, apontaremos os casos de violência documentados pelas famílias da fazenda, divididos por ano de ocorrência. A partir disso, discutiremos as problemáticas envolvidas nessas ações. Portanto, conforme o estabelecido, apresentamos o seguinte quadro:

**Quadro 1 Casos de violência ocorridos na Fazenda Monte Castelo - 1978**

Ano	Agressor	Agredido	Tipo de Violência
1978	Delegacia de polícia de Choró; Major do quartel de Polícia de Quixadá.	Valmir Hipólito e Antônio Clemente da Silva.	Interrogados e ameaçados
1978	Dr. Dorival; polícia de Quixadá	Comunidade de Monte Castelo	Interrogados e pressionados pelos soldados armados
1978	Oficial de justiça de Quixadá	Comunidade de Monte Castelo	Confisco da safra de algodão

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos perceber que a Comunidade de Monte Castelo passou a sofrer uma repressão. Nesse sentido, uma das dinâmicas da violência no campo encontra-se na associação direta entre o latifundiário e as forças policiais. O poder de influência local e o capital financeiro desses sujeitos acabam por cooptar os serviços ilegais desses agentes da lei que, de forma geral, estão alinhados ideológica ou pragmaticamente à defesa dos latifundiários.

<sup>7</sup> Denominamos de “elite agrária tradicional” aquele grupo de famílias latifundiárias que detinham um poder local de longa data na sua região e que estava relacionada com o modelo de parceria, diferentemente das empresas rurais e dos grupos de investimentos internacionais, que inseriram seus capitais no Estado do Ceará, a partir da modernização conservadora da época da Ditadura civil-militar.



O processo na justiça obteve rapidamente a primeira sentença em favor do proprietário, logo em setembro de 1978:

Quando o juiz de Quixadá autorizou que o oficial de justiça viesse prender a nossa safra de algodão, ele veio acompanhado de dois soldados, **no caminhão do irmão do proprietário** e trazendo vários moradores da Fazenda Ouro Branco, em vez de levar o algodão só de 19 (dezenove) como o juiz autorizou, tomou na marra o algodão de 8 (oito) de nós. (Carta das famílias de Monte Castelo, 1982, p 3). Grifos nossos

Uma das estratégias perpetradas nesse caso está relacionada ao envolvimento familiar, a partir da participação de Lourival Nunes Cavalcante<sup>8</sup>, irmão do proprietário. O uso do caminhão de um parente, para transportar um representante da lei, torna-se símbolo dessa aliança entre o poder dos “coronéis” e o oficial de justiça. Além disso, a normalização do uso de moradores da fazenda Ouro Branco para intimidar os agricultores de Monte Castelo, demonstra outra dinâmica da violência no campo: o compadrio e uma espécie de “jaguncismo”.

Diante desse contexto, é importante destacar a rede de solidariedade promovida pelos organismos de apoio ao trabalhador rural, incluindo a CPT CE, onde:

...durante todo esse tempo, vêm contando com nosso irrestrito apoio como seu advogado, bem como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá, de Setores da Igreja, de Comunidades de Base, de outros Sindicatos rurais, da Fetraece, da Contag e de alguns parlamentares. (Jornal do Lavrador - CPT, 1981, p.3).

O papel de suporte da CPT foi crucial para a manutenção dessas famílias na luta pelas suas reivindicações. Como apresentamos acima, essa rede de solidariedade foi importante devido não só ao contexto de luta pela terra, mas devido à seca que se inicia em 1979. Ademais, seguindo com o retrato da violência, continuamos a apresentar o panorama de atitudes tomadas contra a comunidade de Monte Castelo:

Quadro 2 Casos de violência ocorridos na Fazenda Monte Castelo - 1979

Ano	Agressor	Agredido	Tipo de Violência
1979	Sr. Dorival Nunes	Antônio Alves da Silva	O agricultor teve sua plantação destruída por animais soltos.
1979	Gerente da fazenda, Sr. Antônio Cesário	Raimundo Neném, Antônio Clemente da Silva, delegado sindical da região	Ameaça de morte ou de despejo.

<sup>8</sup> Irmão de Dorival Nunes Cavalcante, é proprietário da fazenda Ouro Branco, propriedade vizinha a Monte Castelo, também localizada no município de Quixadá-CE.



## XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

📅 02 A 05 DE JULHO DE 2024 📍 FAEC/UECE - CRATEÚS

1979	Polícia de Quixadá e homens armados não identificados	1 sacerdote, 4 irmãs freiras e um sociólogo	Presença da polícia, na celebração missa junto à comunidade. 8 homens armados de tocaia, junto ao portão da fazenda Ouro Branco no dia da celebração da missa.
------	-------------------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

A atuação dos irmãos Nunes age na lacuna temporal deixada pelo processo jurídico. Entretanto, o que chama a atenção no processo é como as denúncias dessas violências não são investigadas. Na realidade, tais denúncias só viriam à tona a partir do trabalho de divulgação promovido pela CPT e CEBs, nos meios de comunicação da igreja, órgãos de representação dos camponeses e na imprensa jornalística.

A repressão, também recorria a ameaçar os grupos de mediadores que apoiavam a causa dos camponeses, um exemplo prático dessa questão foi o monitoramento de uma missa ocorrida na comunidade:

“no dia 8 de novembro de 1979, quando nós estava realizando uma celebração religiosa numa de nossas casas, com a presença de um sacerdote, 4 freiras e de um sociólogo, fomos outra vez incomodados pela presença da polícia, com vários soldados de fuzil e metralhadora”. (Carta das famílias de Monte Castelo, 1982, p. 4).

A partir da análise desses relatos, podemos inferir que a presença de policiais no dia da celebração provavelmente tem relação com os órgãos de repressão e espionagem da ditadura civil-militar. O trabalho de produção de relatórios e monitoramento dos líderes de movimentos sociais, religiosos, sindicalistas buscava mapear todos os nomes das lideranças populares da região, nesse caso, a partir de um relatório do Serviço Estadual de Informações, como nos informa Matos:

...Segundo nossos registros, desde o ano de 1971 existem problemas ligados à posse de terra entre moradores e proprietário no Ceará, especialmente nos municípios de Paracuru, Palmácia, Quixadá, Aratuba, Mulungu e São Gonçalo do Amarante. As reivindicações dos moradores fora, pouco a pouco, recebendo o apoio de elementos do clero, principalmente dos padres José Maria Cavalcante e Moacyr Cordeiro Leite, além de alguns sindicatos rurais. Ultimamente o movimento vem tomando corpo e se organizando através de reuniões periódicas realizadas entre os padres acima citados e camponeses da área, provocando repercussão na imprensa da capital, pelo pronunciamento de políticos e pessoas interessadas no problema. **Os órgãos de segurança do Estado passaram, então, a acompanhar mais de perto o movimento, por temer, inclusive desfechos violentos, uma vez que muitas das reuniões eram realizadas em propriedades privadas, à revelia dos proprietários.** (MATOS, 2017, p.177-178). Grifos nossos.

Nota-se que todos esses municípios estavam sob a investigação dos agentes da ditadura civil-militar. O discurso do relatório demonstra que a atuação da repressão tinha o



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

objetivo de desestruturar a organização dos camponeses, perseguindo suas lideranças. No texto do relatório, fica claro o apoio aos grandes proprietários do Estado.

Dessa forma, o conflito em Monte Castelo era do conhecimento desses sujeitos. A referida inspeção ocorrida na fazenda, datada de 8 de novembro de 1979, é muito próxima do evento de comemoração dos 15 anos do estatuto da terra, marcado para ocorrer em Quixeramobim, município vizinho, no dia 2 de dezembro de 1979. Essa manifestação contou com a presença de um número considerável de trabalhadores rurais, e também estava sendo investigada pelo SEI, como demonstra o seguinte relatório:

...Os agentes “W” e Elizeu deslocaram-se a Quixeramobim, no dia 1º (sábado) do corrente, por volta das 20 horas, com o fito de assistir a referida comemoração no dia subsequente (domingo). Por volta das 8:30 horas, houve uma grande concentração defronte a sede do Sindicato Rural dos Trabalhadores da mencionada cidade; durante a qual os padres José Maria e Moacir organizaram a mesma e conclamaram os presentes para cantarem os cânticos [...] cumpre frisar que compareceram ao evento e desfilaram em passeata mais de 3.000 (três mil pessoas) aproximadamente. Outrossim, acrescenta-se que Padre José Maria, ao indagar a multidão quais os municípios que estavam sendo representados, muitos agricultores identificaram-se, tais como: Quixeramobim, Quixadá, Capistrano, Baturité, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti, Aratuba, Palmácia, Paracuru, Itapajé, Aracoiaba, Caucaia, Parambu, Crateús, Trairi, Paraipaba, Nova Russas, Senador Pompeu, Cariri (MATOS, 2017, p. 178-180).

Portanto, essas informações entrecruzadas, coletadas via documentação e bibliografia, demonstram uma ação de espionagem nos territórios de Quixadá e Quixeramobim, na mesma época em que ocorreu a denúncia de intimidação da polícia, mediante uma missa ministrada com a comunidade de Monte Castelo.

As ações de espionagem demonstram como a questão agrária era, por si só, um dos elementos que mais preocupavam os integrantes da Ditadura Civil-militar, tanto que o próprio Estatuto da Terra foi um mecanismo usado para frear os litígios que surgiam por todo o país.

No caso da Fazenda Monte Castelo, tivemos acesso a um documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), de 07 de abril de 1983, intitulado de “Principais problemas Fundiários nos Estados da região Nordeste”, aonde a partir dos relatórios de conflitos de terra, o Serviço de espionagem recomenda como solução para o caso de Monte Castelo a: “liberação do processo da Coordenadoria Regional do INCRA no Ceará, para solução do problema a nível administração central”.

Nesse sentido, o SNI foi usado na ditadura para mapear os camponeses e seus grupos de luta pela terra. A partir dos seus relatórios, a ditadura selecionava sua “solução” para os



## XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

📅 02 A 05 DE JULHO DE 2024 📍 FAEC/UECE - CRATEÚS

casos mais graves, dentre essas, das mais comuns estavam a repressão ou a desapropriação de um território, visando desarticular os movimentos de organização política dos camponeses.

### **A seca de 1979: apropriação privada de recursos públicos como uso persecutório**

No ano de 1979, o Ceará sofre com um período de estiagem, mesmo assim, a família Nunes se beneficia dos planos governamentais de combate à seca. Apesar de o proprietário estar participando de um conflito judicial, é contemplado com um financiamento estatal para executar o plano de emergência na sua própria fazenda.

Esse suporte emergencial irá se relacionar diretamente com as estratégias de violência implementadas por Dorival. Desde o final de 1979, o proprietário impede os moradores de trabalharem nas frentes de serviço, com a clara tentativa de expulsar as famílias antes de qualquer resolução judicial, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3 Casos de violência ocorridos na Fazenda Monte Castelo - 1980-1981

Ano	Agressor	Agredido	Tipo de Violência
1980	Polícia de Quixadá junto a José Tomaz, filho do Sr. Dorival	Antônio Clemente da Silva	O grupo foi até a casa do delegado sindical para prendê-lo, Antônio estava trabalhando fora
1980	Sr. Dorival Nunes	Comunidade de Monte Castelo	As 27 famílias foram impedidas de trabalhar no plano de emergência dentro da fazenda.
1981	José Tomaz	Comunidade de Monte Castelo	Todos esses moradores tiveram as plantações de subsistência arrancadas de suas vazantes
1981	José Tomaz	Raimundo Antônio Ribeiro Gomes	Ateu fogo numa casa de taipa de Raimundo Ribeiro.
1981	José Maia	Comunidade de Monte Castelo	José Maia tentou queimar a madeira do roçado dos moradores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A violência praticada pelo proprietário visa desestruturar as bases que sustentam o cotidiano dos moradores. Dessa forma, ataca sua mobilidade, o seu lazer, a livre associação sindical, o direito de trabalharem nas frentes de serviço, destrói novas construções e, além disso, promove a destruição do meio de subsistência alimentar dessas famílias. A destruição das plantações não deve ser analisada como um fator isolado, ela faz parte de toda essa estratégia que visa desestabilizar a permanência da comunidade em seus espaços.

Entretanto, a resistência dos moradores de Monte Castelo só é possível graças à organização política promovida em harmonia com a CPT CE, CEB e STR de Quixadá. Um dos exemplos dessa rede de solidariedade entre as comunidades foi registrado no Boletim



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

Construção, n.º 27, do município de Iguatu-CE. No boletim de 1980, escreviam sobre a presença na audiência de julgamento do conflito de Monte Castelo:

Depois de mais de ano de espera, passando privação, perseguição e até prisão, o Juiz marcou o dia 12 de fevereiro (80) para julgar o caso das 27 famílias. Na data marcada, todas as famílias estavam no local, **além de um número de trabalhadores, bem grande, vindo de vários sindicatos do Ceará**, que foram dar o seu apoio aos trabalhadores de Monte Castelo, mas o patrão não apareceu e o juiz adiou o julgamento da questão para o dia 26/2/80". (CPT CE, 1980, p 6). Grifos nossos.

Constata-se um forte apelo de união entre as comunidades rurais do Ceará, com a ação da pastoral da terra efetuando um objetivo de interligação entre as comunidades, incentivando e organizando esse vínculo para fortalecer a causa de todas as comunidades rurais ligadas à CPT CE. Tal situação de deslocamento de muitos camponeses, em auxílio a outras comunidades, nos demonstra um indício do processo de organização política posta em prática no período.

A perseguição ao delegado sindical e morador da fazenda, o Sr. Antônio Clemente da Silva, tem por objetivo impor medo aos moradores para afastá-los do sindicato. Tal relato ainda coincide com o processo de migração de trabalhadores à procura de trabalho, em meio à seca, portanto, a prisão de Antônio Clemente não aconteceu, pois o mesmo se encontrava "trabalhando fora".

Não sabemos a circunstância que levou Clemente a exercer funções de trabalho fora da fazenda, mas que, no referido período, a seca forçava os camponeses a procurarem formas de sobreviver às dificuldades do período:

A grande seca, que se prolongou de 1979 até 1983, funcionou como um catalisador do processo de expulsão dos trabalhadores rurais, que saíam para o trabalho em frentes de emergência ou outros tipos de trabalho nas cidades e não mais voltavam ao campo. Nesse período, o processo de expulsão, em curso desde o início da década de 1960, praticamente se completou. (BESERRA, 2015, p. 98).

O processo de expulsão dos moradores é, antes de tudo, um projeto político vinculado aos interesses dos latifundiários. O plano de emergência acabou por ser mais um desses mecanismos de favorecimento aos grandes proprietários rurais. Desse modo, Dorival Nunes foi contemplado com o direito de receber financiamento estatal para a execução de obras dentro de sua propriedade.

Essa dinâmica estabelecida no combate à seca promoveu uma mudança nas relações entre o pagamento dos trabalhadores, uma vez que, diferente das frentes de serviço localizadas fora das propriedades privadas:



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

O mesmo não se verificou com as frentes de trabalho a nível de propriedades rurais, pois se nessas havia o pagamento de uma renda em dinheiro, como no caso das frentes de serviço com obras públicas, **o papel do fornecedor passou a ser desempenhado aí pelo próprio proprietário da terra.** Nas frentes de trabalho, além disso, mantinha-se praticamente inalterada a relação do trabalhador – fosse ele um parceiro, um morador ou um assalariado – com o dono da terra. Este conseguia, por outro lado, um benefício extraordinário que não obtinha quando os flagelados eram assistidos nas frentes de serviço com base em obras públicas. (CARVALHO, 1988, p. 254). Grifos nossos.

Como demonstra Carvalho, mais uma vez o interesse privado é fortalecido pelas instituições de Estado. no caso de Monte Castelo, a transferência ao Sr. Dorival Nunes do dinheiro e da autonomia na aplicação do emprego e assalariamento dos trabalhadores promoveu o aumento do poder do proprietário, que passou a usar essa gerência de forma autoritária.

Desse modo, entrelaçamos informações encontradas nas documentações para compreendermos a questão da seca, da safra perdida e do trabalho fora da fazenda. Tal método indica que trabalhar fora foi uma tática importante para a manutenção das famílias, como demonstrado pelos moradores da fazenda, que em janeiro de 1980 denunciavam:

“Ficamos sem a nossa safra de 78 e como 1979 foi ano de sêca, as coisas pioraram. **Não tivemos direito de trabalhar no plano de emergência dentro da fazenda.** Somos 27 famílias, todas numerosas, que ficamos prejudicadas, passando necessidades, por que só contamos com o produto do nosso trabalho. **Procuramos trabalhar em outros lugares e fazer alguma plantação em nossos roçados, na fazenda, o que deu pra gente colher algum algodão**”. (Carta da comunidade de Monte Castelo, 1980, p. 1). Grifos nossos.

Analisando as questões apresentadas, as ações repressivas se entrelaçam, a destruição das safras, o impedimento de trabalhar nas frentes de serviço são atitudes que unidas promovem uma dificuldade de sobrevivência desses sujeitos.

Portanto, todo esse controle sobre a vida constituiu-se como um desafio, onde as táticas de desembaraço dessa teia repressiva estabeleceram-se em pequenas migrações à procura de trabalho assalariado.

### **O caminho da vitória jurídica: a desapropriação da Fazenda Monte Castelo**

Diante de todo o contexto apresentado, um acontecimento torna-se importante para renovar as forças de resistência da comunidade. Em junho de 1981, os moradores conseguem derrubar a ação de despejo e vencem na justiça o processo da lei de renda, conquistando o direito de pagarem a renda de 10%:

O advogado do STR de Quixadá, que representa as famílias, divulgou em carta a resolução dos juizes: “... quando da sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 2ª vara da Comarca de Quixadá – Dr. Francisco Holanda da Frota -, que julgou improcedente a ação de Despejo promovido pelo proprietário da fazenda,



## XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

📅 02 A 05 DE JULHO DE 2024 📍 FAEC/UECE - CRATEÚS

reconhecendo o direito das 27 famílias de permanecerem na terra. A segunda vitória se deu no último dia 15, relacionada à Ação de Consignação em Pagamento, promovida pelos trabalhadores. Nesta ação, foi reivindicado, em favor dos trabalhadores, o pagamento de somente 10% da produção do milho, do feijão e do algodão, pelo uso da terra, já que as condições em que se realizava a parceira, lhes garantiam este direito, em face da legislação vigente. (CPT CE, 1981, p 2).

Com a vitória judicial dos moradores, o patrão visa isolar a comunidade dos agentes pastorais e dos sindicalistas. Além disso, o latifundiário aposta na contratação de um agente repressor, chamado José Calixto, que passou a trabalhar na fazenda, como demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 4 Casos de violência ocorridos na Fazenda Monte Castelo - 1982

Ano	Agressor	Agredido	Tipo de Violência
1982	José Tomaz e José Calixto	Comunidade de Monte Castelo	José Calixto é empossado como gerente a passa a ameaçar as famílias
1982	José Tomaz e José Calixto	Comunidade de Monte Castelo	Os dois impediram a realização da votação para a eleição da nova diretoria do STR de Quixadá
1982	José Tomaz	Bispo Dom Frágoso, 3 freiras.	Impedidos de entrarem na fazenda, para celebrar uma missa com os moradores.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Calixto passa a gerente da Fazenda, exercendo um método de trabalho focado na ameaça direta à vida dos moradores:

...No começo do mês de junho de 1982 apareceu na fazenda, acompanhado de José Tomaz, o indivíduo José Calixto, conhecido autor de várias mortes bárbaras aqui no município de Quixadá e em Quixeramobim, Zé Calisto a partir daí tá vivendo na fazenda, onde vive armado de revólver e amedrontando nossas famílias, por que é conhecido de todos aqui e sabemos dos crimes que ele já praticou". (Carta das famílias de Monte Castelo, 1982, p.5).

Dessa forma, e a partir de nossa análise documental, concluímos que tal pessoa era, na verdade, uma espécie de jagunço, comumente chamado na região como "pistoleiro", esse tipo de serviço é muito comum nas áreas rurais e a chegada de Calixto promove uma grande inquietação na comunidade.

Mais uma vez a repressão do latifundiário recorria a ameaçar os grupos de mediadores, um exemplo prático dessa questão foi a expulsão do grupo de Dom Frágoso<sup>9</sup>, bispo da Diocese de Crateús e integrante da CPT CE, que foi impedido de celebrar uma missa na comunidade de Monte Castelo:

<sup>9</sup> Dom Frágoso representa a ala progressista da igreja, ligada à teologia da libertação. É na sua diocese de Crateús que tínhamos a região mais organizada da CPT CE, sua influência foi crucial para a consolidação da luta pela formação política dos camponeses. Sua atuação não se limitou ao seu recorte diocesano, portanto, o bispo é um dos símbolos de maior relevância religiosa e política daquele período.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/JUECE - CRATEÚS**

Dom Fragoso, dirigia-se aquela Fazenda de Monte Castelo, com três irmãs, a fim de celebrar a Santa Missa para um grupo de fiéis, e fazer uma reunião sobre a não violência. Ia portanto numa missão religiosa e de paz. Encontrou a cancela da Fazenda fechada a cadeado e foi recebido grosseiramente pelo Sr. José Tomás, filho do proprietário da fazenda que o impediu de entrar e celebrar a Santa Missa... Lanço meu protesto e meu repúdio, contra essa atitude indigna do Sr. José Tomás e determino, que não se celebre mais Missa na Fazenda Monte Castelo, quanto não houver plena liberdade para se celebrar na Comunidade ali existente. (Pronunciamento do Bispo Diocesano Dom Joaquim Rufino do Rêgo, 1982, p.1).

O depoimento do bispo Dom Joaquim foi pronunciado via rádio, dessa forma, fundamenta-se como uma resposta pública à repressão contra um bispo da igreja. Tal acontecimento é analisado pelos setores religiosos como uma atitude intolerável, como uma afronta à legitimidade da autoridade eclesial, apesar de possíveis divergências de visão ideológica do clero local. Tanto as CEBs como a CPT CE aparecem nos discursos dos grandes proprietários de terra como elementos desagregadores do campo cearense.

Apesar da violência praticada contra os moradores e seus apoiadores, em meados de 1982, Dorival Nunes somava duas derrotas na justiça. A resistência dos trabalhadores parecia irreduzível, talvez por isso o proprietário tenha tomado a ação desesperada de contratar Zé Calixto como gerente da fazenda. Dessa forma, o que seria sua solução acabou sendo o desfecho de todo esse processo, em 14 de abril de 1983, a fazenda Monte Castelo seria desapropriada.

Após um conflito armado entre Zé Calixto e os moradores, o novo gerente da fazenda acabou sendo assassinado, em mais um episódio de violência, num episódio de resistência ao acirramento do conflito:

Quando as famílias envolvidas tomaram conhecimento de que o gerente, ajudado por seus capangas, tentava derrubar a cerca existente no quintal de uma delas. Quando foram até o local para impedir a derrubada da cerca, o gerente reagiu dizendo que cumpria ordem do patrão, estava ali para derrubar a cerca e iria derrubar; em outra tentativa de negociação para que a cerca não fosse derrubada, o gerente não se dispôs a ouvir, tirou um revólver do bolso, atirou contra os moradores que reagiram e teve início um tiroteio (DINIZ, 2009, p 139).

A repercussão do ocorrido foi permeada de dubiedades, apelos morais e informações desencontradas. Em uma destas, mediante um correspondente de Fortaleza<sup>10</sup>, o Jornal O Estado de São Paulo divulga:

O gerente da fazenda Monte Castelo, José Calixto Cavalcante, no município de Quixadá (CE), foi morto a tiros de espingardas de diferentes calibres, disparados provavelmente por posseiros... Segundo se informou, o assassinio aconteceu depois que José Calixto de 43 anos de idade, foi chamado em sua casa, em Quixadá, para ir aquela fazenda de propriedade de seu tio, o médico Dorival Nunes Cavalcante, com

<sup>10</sup> O jornal paulista tinha relação com os jornais locais de Fortaleza, dessa forma, a divulgação nos meios jornalísticos nacionais "repete" as informações divulgadas pelos jornais em Fortaleza, CE.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS**

a finalidade de verificar a derrubada de uma cerca, que teria sido praticada por posseiros. Conforme essa versão, tratava-se de uma emboscada e, ao chegar ao local, ele teria sido baleado pelos posseiros e depois de abatido, os criminosos esfaquearam seu rosto várias vezes. (O Estado de São Paulo – pág. 19. de 19 de agosto de 1982).

Nota-se a existência de duas versões sobre o mesmo fato, algumas questões são dignas de observação, pois, segundo o jornal, os atos de derrubada de cerca são praticados pelos posseiros, o que seria uma prática incomum diante do histórico do conflito.

Além disso, o que mais chama atenção, no final do texto, são as características sádicas imputadas aos camponeses. O Jornal tem em vista atrelar, às famílias, um ato hediondo visando construir um discurso deslegitimador de sua própria causa.

Contudo, o acontecimento da morte de Zé Calixto torna-se o evento que acirra radicalmente a repercussão do conflito. É a partir desse momento que os moradores entram, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com um pedido de ação de desapropriação das terras da fazenda. Vale salientar que, anteriormente à data de desapropriação, o próprio SNI recomendava uma “solução” para o caso via INCRA.

O episódio da desapropriação da Fazenda Monte Castelo constitui-se como um exemplo de conquista coletiva dos trabalhadores. a repercussão desse evento está na consolidação da memória de luta desses sujeitos, o trabalho da pastoral foi também o de preservar essa memória e organizar politicamente as comunidades rurais no geral, como demonstra o relatório da CPT CE de 1982:

Monte Castelo – 20 depuseram em Quixadá e todos contaram a mesma história. Voltaram e estão com toda liberdade plantando, cercando, trabalhando em grupo. Estão certos que vem a desapropriação apesar de haver maneira diferente de pensar. Não tem complexo de culpa de crime. A polícia de Quixadá achou um alívio. A Regional vai fazer um caderno pastoral contando toda a história de Monte Castelo, colocando o aspecto de fé e de vida comunitária. Garantir a presença desses casos na Assembléia da CPT. (Relatório CPT CE, 27 de setembro de 1982).

Portanto, esse caso é um reflexo do contexto histórico da época e demonstra como os trabalhadores rurais estavam envoltos em projetos políticos que o atravessavam. Foi a partir de seus esforços e da organização política promovida por entidades como a Comissão Pastoral da Terra Ceará, que se tornou possível a vitória em diversos casos de desapropriação no Estado.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

## **CONCLUSÃO**

Acompanhamos o percurso do conflito entre as 27 famílias residentes na Fazenda Monte Castelo e seu proprietário, Dorival Nunes Cavalcante. Envoltos em um litígio que se inicia devido aos desentendimentos sobre o pagamento da renda, no regime de parceria.

O desenrolar dos acontecimentos demonstram o perfil tradicional das relações no campo: o uso da violência contra os grupos de camponeses e seus apoiadores, a filiação entre a elite econômica rural e o Estado. Esse contexto está inserido na lógica da modernização conservadora, agenda econômica aplicada pelo Ditadura civil-militar.

Buscamos então, a partir de um conflito específico, analisar problematicamente a dinâmica da violência contra as famílias de trabalhadores rurais. Ao trabalharem a terra de um grande latifundiário, essas famílias estavam sujeitas ao despotismo dessas pessoas.

Toda essa estrutura repressiva era posta em prática, na defesa dos interesses privados, com uma filiação ao aparato de violência da máquina pública, se associando contra as demandas das famílias rurais. Esse tipo de embate tornou-se generalizado no Estado do Ceará.

Dentro desse panorama, a repressão contra as comunidades se acentuava a partir do momento que a organização política desses sujeitos se tornava cada vez mais estruturada. Munidos de conhecimentos sobre as leis, a partir do trabalho de formação política, essas comunidades reivindicavam os seus direitos. No meio do conflito violento, o apoio e ação em rede da CPT CE auxiliou não só a permanência dessas famílias na luta pela terra, como proporcionou as bases para a organização dessas comunidades.



**XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE**

**TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!**

**02 A 05 DE JULHO DE 2024** **FAEC/UECE - CRATEÚS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **A Igreja Católica no processo de formação da classe trabalhadora**. 2012, 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2012.

BARREIRA, César. A parceira e a questão política no campo. *In: Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 10, n.º 1/2, 1979, p. 145-158.

BATISTA, Maria Aline da Silva. **Questão agrária e camponinato: a feira agroecológica como estratégia de consolidação camponesa**. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal do Ceará, 2014.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

CARDOSO... [et al]. **Novo dicionário da Terra** / organização Alana Dutra Cardoso... [et al]. – Editora Proprietas 2012.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, Otamar de - **Economia política do Nordeste – (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, 2009.

JÚNIOR, Marco Antônio Mitidiero: **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, 2008.

MATOS, Helaine Saraiva. **Justiça Juntos: Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Ceará de 1950-1985**. 2017. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. — Rio de Janeiro FASE, 1989.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. **Disputas territoriais e justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano**. 2012. 257 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, 2012.

SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão Pastoral da Terra Ceará: Uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Acervo Comissão Pastoral da Terra Ceará – Regional Nordeste I. Fortaleza, Ceará.

Acervo Dom Tomás Balduino. Comissão Pastoral da Terra Nacional. Goiânia, Goiás.

O Estado de São Paulo – pág. 19. de 19 de agosto de 1982.

Sistema de informações do Arquivo Nacional. In: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em 11/06/2024.